

N. F. Nº - 232293.0005/21-0
NOTIFICADO - MIX CONCÓRDIA COMERCIAL LTDA.
NOTIFICANTE - JAIR RAIMUNDO DE SOUZA NASCIMENTO
ORIGEM - DAT METRO/ IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 07/10/2025

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0228-02/25NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. TRÂNSITO MERCADORIAS. Contribuinte comprovou tratar-se de produto destinado ao ativo imobilizado da empresa. Não cabendo a aplicação do artigo 12-A da Lei 7.014/96. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 04/02/2021, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 14.956,14, multa de 60% no valor de R\$ 8.973,68, perfazendo um total de R\$ 23.929,82, pelo cometimento da seguinte infração.

Infração **01 54.05.08** Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c Art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d” da Lei nº 7.014/96.

Assim consta na descrição dos fatos: “Em hora, dia e local, no exercício das minhas funções fiscalizadoras constatamos as seguintes irregularidades: Mercadoria destinada a contribuinte DESCREDENCIADO pertencente ao Simples Nacional adquirindo mercadoria para o ativo imobilizado sem o pagamento do DIFAL”

Consta anexado ao processo: I) Memória de cálculo (fl. 3); II) cópia do DANFE 29386 (fl.4); III) cópia do DACTE nº 10484 (fl.7); V) Consulta de contribuinte – Descredenciado (fl. 5); v) cópias do documento do veículo e CNH do motorista (fl. 9).

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 15/25, falando inicialmente da tempestividade da sua defesa e solicitando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário baseado no art. 205 do CTN.

Informa que após reanálise dos documentos fiscais, bem como das informações disponibilizadas no sistema SEFAZ, não reconhecem a falta de recolhimento do imposto sugerida pelo agente de tributos autuante, nas operações realizadas pelo contribuinte autuado, uma vez que, conforme restará demonstrado, o reclamante estava dispensado de recolher o DIFAL da Nota nº 29.386, em razão do disposto no art. 272 do Decreto 13.780/2012, pois o contribuinte estava enquadrado como microempresa na época do lançamento.

Registra que a autoridade fiscal autuante não observou a condição da empresa no momento da lavratura, pois na descrição dos fatos ele fez observações interessantes e que servem como base para solicitarmos a nulidade da Notificação, a saber, indicou inicialmente que a empresa era

optante pelo Simples Nacional e em seguida informou que as aquisições foram para o Imobilizado da empresa, isso já é suficiente para declarar nula a Notificação Fiscal.

Por tais razões de fato e direito aludidas, e diante de todo o exposto e exaustivamente comprovado, requer seja julgada totalmente procedente a presente, postulando pela anulação total do PAF para o fim de assim ser decidido por ser da mais salutar justiça.

Não consta Informação Fiscal no processo.

VOTO

A Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial da mercadoria constante no DANFE 29.386 (fl. 4) como está descrito no corpo da Notificação Fiscal com o valor histórico de R\$ 14.956,14.

Decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização, sem o pagamento da antecipação parcial estabelecido no artigo 12-A da Lei 7.014/96, antes da entrada no Estado da Bahia por contribuinte que não atendia ao estabelecido nos incisos III e IV, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária:

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com **açúcar**, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

I - possua estabelecimento em atividade no Estado da Bahia há mais de 06 meses e já tenha adquirido mercadoria de outra unidade da Federação;

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa.

A Notificada em sua defesa alega que não cabe a cobrança da antecipação parcial porque os produtos constantes no DANFE relacionado são destinados ao ativo imobilizado da empresa, e sendo Microempresa não cabe a cobrança do DIFAL conforme Art. 272 do Decreto 13.780/12.

Em consulta ao INC – Informações do Contribuinte no Cadastro da SEFAZ, constato que a empresa está cadastrada como Microempresa - Simples Nacional, tendo como atividade principal o CNAE 4711302 – Comércio Varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, e outras atividades secundárias como: 4691500- Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; 4721102- Padaria e confeitaria com predominância de revenda.

O art. 12-A da Lei 7.014/96 estabelece a cobrança da antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, como está evidenciado tratar-se de uma aquisição para utilização como ativo imobilizado, entendendo não caber cobrança do ICMS da antecipação parcial antes da entrada no Estado da Bahia.

Além disso, estando a empresa registrada no cadastro da SEFAZ na condição de Microempresa – Simples Nacional, não está obrigada a recolher o DIFAL referente a compras interestaduais de ativo imobilizado, conforme estabelece o Artigo 272 do RICMS/BA

Diante do exposto, acolho as argumentações defensivas e voto como IMPROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **232293.0005/21-0**, lavrada contra **MIX CONCORDIA COMERCIAL LTDA**.

Sala Virtual das sessões do CONSEF, 23 de setembro de 2025

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR

ZILRISNAIDE MATOS FERNANDES PINTO - JULGADORA

